

Eleições 2022 | Investigação

Ação da PF e suspeita de vazamento abrem crise entre Moraes e Aras

— Ministro do Supremo autoriza operação da Polícia Federal contra grupo alinhado a Bolsonaro; procurador-geral afirma que não foi notificado de decisão e é contestado

SÃO PAULO
BRASILIA

Operação deflagrada ontem contra empresários bolsonaristas, a pedido da Polícia Federal e por ordem de Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, abriu uma crise com a Procuradoria-Geral da República. O ministro autorizou buscas e apreensões após trocas de mensagens entre empresários em um grupo de WhatsApp, com ameaças de golpe de Estado se o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vencer a eleição. Celulares foram submetidos à análise.

Debandada
Grupo de WhatsApp
tinha 200 integrantes,
mas passou a ter 40 após
divulgação de conversas

Diálogos entre o procurador-geral Augusto Aras e investigadores foram encontrados, de acordo com o site Jota. Após a divulgação da notícia, Aras disse a pessoas próximas estar tranquilo porque conversas mantidas com o empresário Meyer Joseph Nigri (Tecnisa), um dos investigados, foram triviais. Trataram de livros, obras de arte e vinhos. O procurador-geral destacou que não saberia nem mesmo precisar quando esses diálogos ocorreram e foram esporádicos.

Os mandados foram cumpridos após a coluna Guilherme Amado, do site Metrôpóles, divulgar diálogos do grupo “Empresários & Política”, nos quais eles dizem, por exemplo, que preferem um golpe à volta do PT ao poder. Há, ainda, críticas ao STF. Aras afirmou que soube da operação ontem pela manhã. Moraes, por sua vez, contestou a informação e disse que a PGR foi intimada no dia anterior.

Em decisão de sexta-feira, o ministro quebrou, ainda, sigilos bancário e telemático (de mensagem), bloqueou contas e suspendeu perfis em redes sociais. Os mandados foram cumpridos em dez endereços em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As ordens foram dadas no inquérito das milícias digitais, que mira a atuação de grupos organizados na internet para espalhar desinformação e ataques antidemocráticos.

Os alvos foram: Afrânio Barreira Filho (Coco Bambu); Ivan Wrobel (W3 Engenharia); José Isaac Peres (Multiplan); José Koury (shopping Barra World); Luciano Hang (Havan); Luiz André Tissot (Sierra Móveis); Marco Aurélio Raymundo (Mormaii); e Nigri. Os empresários reagiram à decisão de Moraes (*mais informações nesta página*).

Segundo o Jota, Aras, que acumula a PGR com a Procuradoria-Geral Eleitoral, trocou mensagens com Nigri, de quem é amigo. O site afirmou

NELTON FUKUDA/ESTADÃO - 14/1/2015



Moraes e Aras: tensão entre ministro do STF e procurador-geral

OTTA SAMPAIO/ESTADÃO - 8/5/2018



que a informação foi confirmada com fontes do MPP, da PF e do STF. Há, de acordo com a reportagem, críticas em relação à atuação de Moraes e comentários sobre a candidatura de Bolsonaro. Até o momento, as mensagens e o inquérito seguem sob sigilo.

DEBANDADA. De acordo com um dos integrantes do grupo, havia 200 participantes no “Política & Empresários” – número que baixou para 70 na quarta-feira passada, quando as conversas vieram a público. Ontem, eram 40. O Estadão ouviu de um dos integrantes que a saída ocorreu por “medo” da repercussão.

Moraes quer saber se os empresários financiaram algum tipo de manifestação contra as

instituições. Dos oito investigados, quatro doaram um total de R\$ 38,5 mil para as campanhas da família Bolsonaro em 2018, incluindo a do presidente Jair Bolsonaro (PL) e a do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

No governo, a avaliação é de que Moraes pretendeu criar um fato contra Bolsonaro, mas o presidente não entrou no jogo do ministro. O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a defesa de um golpe “é uma traição contra a Pátria”. Houve repercussão no meio político (*mais informações na pág. A10*).

‘NÃO USUAL’. Em nota divulgada perto das 15 horas de ontem, a PGR afirmou que a totalidade da investigação ainda não ha-

via sido remetida ao órgão para “ciência formal”. Aras alegou que “não houve intimação pessoal” da ordem judicial. A PGR afirmou, em nota, que ocorreu uma “entrega, em procedimento não usual, de cópia da decisão”, na tarde de ontem, em sala nas dependências do STF, onde funciona a unidade de apoio aos subprocuradores-gerais da República e ao PGR.

O Estadão apurou que o documento foi entregue a uma funcionária terceirizada. Nos bastidores da PGR, a comunicação sobre a decisão de Moraes foi vista como “fora do padrão”. Fontes ligadas ao órgão sustentam que o Ministério Público deve ser intimado pessoalmente.

CONTESTAÇÃO. Em nota divulgada após o posicionamento da PGR, o gabinete de Moraes afirmou que a decisão foi entregue ao órgão às 14h41 de anteontem. “A referida decisão, posteriormente, foi encaminhada ao gabinete da vice-procuradora-geral da República (*Lindóira Araújo*) às 15h35, onde recebida às 16h40 do mesmo dia”, disse.

Não é a primeira vez que Moraes autoriza uma operação contra aliados bolsonaristas sem consultar o MP. A própria origem da investigação sobre os empresários bolsonaristas foi aberta contra a vontade da PGR. Aras já havia sugerido o arquivamento do inquérito dos atos antidemocráticos. ●

FAUSTO MACEDO, RAYSSA MOTTA, PEPIA ORTEGA, LAURIBERTO POMPEU E DANIEL WETERMAN

Advogados e empresários negam ter defendido ruptura democrática

Advogados de defesa e empresários se defenderam das acusações de conspirarem para um golpe de Estado no País.

Alberto Toron e Luiz Otávio Pacifico, que defendem o empreiteiro Meyer Joseph Nigri, afirmaram que o empresário, “mesmo sem ter tido acesso aos autos do inquérito, como era seu direito, concordou em ser ouvido” ontem “para colaborar com as investigações”. “(Nigri) Respondeu a todas as perguntas formuladas pela

autoridade e rechaçou qualquer envolvimento com associação criminosa ou práticas que visam à abdicção do estado democrático ou preconizam golpe de Estado. Ao contrário, reafirmou sua firme crença na democracia e seu respeito incondicional aos Poderes constituídos da República”, disseram os advogados, em nota.

Já Daniel Maia, advogado de Afrânio Barreira Filho, disse que a operação de ontem estava “fundada em denúncias ab-

solutamente falsas, que visam perseguir pessoalmente o empresário Afrânio Barreira e outros no País”. “É importante destacar que a operação não é contra as empresas, é uma operação contra a pessoa física dele. O Afrânio está absolutamente tranquilo, colaborando e com o objetivo principal de esclarecer os fatos para que a investigação seja certamente arquivada”, afirmou.

Já Luciano Hang disse estar “tranquilo”. “Estou ao lado da

verdade e com a consciência limpa. Desde que me tornei ativista político, prego a democracia e a liberdade de pensamento e de expressão, para que tenhamos um País mais justo e livre para todos os brasileiros”, disse o dono da Havan.

Ele afirmou ainda que faz parte de um grupo de 250 empresários “de diversas correntes políticas, e cada um tem o seu ponto de vista”. “Que eu saiba, no Brasil, ainda não existe crime de pensamento e opinião. Em minhas mensagens em um grupo fechado de WhatsApp está claro que eu nunca, em momento algum, falei sobre golpe ou sobre STF”, disse.

José Isaac Peres afirmou que “sempre teve compromi-

so com a democracia, com a liberdade e com o desenvolvimento do País”.

Marco Aurélio Raymundo, por sua vez, disse que aguardaria a publicação das reportagens sobre o grupo de empre-

Opinião
Luciano Hang, da Havan, disse pregar a liberdade de expressão em busca de um país mais justo

gens sobre o grupo de empresários para se pronunciar sobre o assunto.

Os demais foram procurados, mas até a conclusão desta edição não haviam se manifestado. ● F.M. e R.M.

Operação suscita questões sobre crime e liberdade de expressão

Políticos criticam determinação de ministro do STF; advogados e juristas se dividem sobre ação policial

O cumprimento de mandados de busca e apreensão em endereços ligados a oito empresários bolsonaristas desencadeou, entre políticos e juristas, questionamentos sobre os limites que envolvem a liberdade de expressão e a apologia do crime. Na esfera política, a determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que acolheu representação da Polícia Federal, foi recebida com críticas contundentes. Advogados e juristas ouvidos pelo Estadão viram com ressalvas ou endossaram a ação policial, apesar de a fundamentação de Moraes não ter sido divulgada porque a investigação está sob sigilo.

“Gostaria de compreender, para além da questão de mérito, por qual razão o STF expediu mandados de busca e apreensão em desfavor de pessoas que não têm prerrogativa de foro, ou, se preferirem, foro privilegiado”, escreveu no Twitter a deputada estadual Jainaina Paschoal (PRTB), candidata ao Senado em São Paulo. “Não conheço os alvos, não compartilho das ideias por eles postadas, mas penso ser juridicamente insustentável criminalizá-los por uma opinião. E ainda há normas processuais neste país. O STF não pode suprimir instâncias!”

O vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos), candidato ao Senado no Rio Grande do Sul, classificou a operação como “Atitude arbitrária e que institui o crime de



Bicentenário da Independência

Coração de d. Pedro I chega ao Brasil, onde ficará exposto no Itamaraty

O presidente Jair Bolsonaro (PL) recebeu ontem o coração de dom Pedro I durante cerimônia no Palácio do Planalto. A relíquia ficará exposta para visitação no Palácio do Itamaraty, entre 25 de agosto e 5 de setembro, antes de ser levada de volta à Europa. ●

Militares dizem que Moraes abriu diálogo sobre sistema eleitoral

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, se reuniu a portas fechadas ontem com o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira. Após o encontro, militares disseram que Moraes

pensamento”. “A defesa da democracia não pode significar a morte da mesma”, afirmou o general ao Estadão.

'GOLPISTA'. O presidente Jair Bolsonaro (PL) não havia comentado o caso publicamente

abriu diálogo sobre o processo de fiscalização e segurança do sistema eleitoral.

Auxiliares de Moraes afirmaram, no entanto, que até o momento não há garantia de que a Corte eleitoral vai alterar os procedimentos de votação que funcionam, sem problemas, desde que as urnas eletrônicas passaram a ser usadas nas eleições do País. ● WESLEY GALZO

até a conclusão desta edição. Ele participou ontem de reunião com empresários do Esfera Brasil, na capital paulista. Segundo apurou a reportagem, disse no encontro que não é golpista e não defende qualquer tipo de intervenção no

Brasil. Do almoço, oferecido pelo fundador do Grupo Esfera, João Camargo, participaram Michel Klein, das Casas Bahia; Flávio Rocha, da Riachuelo; e o presidente da Febraban, Isaac Sidnei. Na comitiva presidencial estavam os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Fabio Faria (Comunicações) e o ex-ministro da Infraestrutura e candidato ao governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Acompanharam o presidente, ainda, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

Os filhos do presidente foram às redes para atacar a ação determinada por Moraes. “É insano determinar busca e apreensão sobre empresários honestos, que geram milhares

de empregos”, disse Flávio. Moraes assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral na semana passada.

Advogados avaliaram que a investigação pode ser justificada pelo possível enquadramento no Código Penal, mas questionaram os indícios de materialidade. Paula Bernardelli ressaltou que o “estímulo de um golpe de Estado, por si só, pode justificar a investigação e o pedido de busca e apreensão”. Cristiano Vilela ponderou que as “manifestações não podem, por si só”, serem vinculadas ao inquérito das milícias digitais. “O que se tem de concreto é uma troca de mensagens em grupo privado, com conjecturas políticas e opiniões favoráveis a uma prática antidemocrática, sem qualquer manifestação efetiva de atentar contra a democracia.”

FATOS. “As mensagens conhecidas até agora justificam investigação, não buscas. Análise técnica do caso depende do que consta do requerimento feito pela autoridade policial à Corte. É preciso saber que fatos a polícia indicou para saber se a medida era necessária. Só as conversas não justificam a busca e as medidas restritivas. Para isso, era necessário ir do campo da possibilidade para o da probabilidade”, disse o criminalista Maurício Zanoide de Moraes, professor da USP.

Miguel Reale Junior, ex-ministro da Justiça, avaliou que “as mensagens, por seu caráter afirmativo de não se aceitar um governo do PT, justificam que se investigue se financiaram atos antidemocráticos e se incitam ações antidemocráticas”. Para a desembargadora Ivana David, da Seção Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, as mensagens são indícios que podem justificar a busca. “Extrapolou-se o limite da liberdade de expressão quando há o dolo.” ● MARCELO

GODOY, LAURIBERTO POMPEI, DÉBORA ALVARÉS, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, IANDER PORCELLA E MATHÉUS DE SOUZA

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 9 e 10